

A evolução do conceito de trabalho e sua relação com a formação profissional

RIBEIRO, Elisa Antônia.

Resumo

O presente artigo pretende discorrer sobre a forma como o conceito de trabalho evoluiu em consonância com o modelo de desenvolvimento econômico ao longo da história da humanidade e suas implicações na configuração dos modelos formativos. Num primeiro momento, faz algumas elucubrações acerca da forma que o trabalho vem assumindo no contexto capitalista e suas implicações na definição da função da escola e, em consequência, as práticas pedagógicas instauradas. E, em outro momento, considerando o estágio atual evolutivo do trabalho nas sociedades capitalistas em que se assiste à desconstrução de vários edifícios epistemológicos, tece algumas considerações a respeito do significado que o trabalho tem imprimido na vida das pessoas. Questiona, ainda, como a escola pode (re) significar o conceito de formação profissional.

Palavras-chave: formação profissional, trabalho, qualificação

Abstract

The present article intends to discourse on the form as the work concept evolved in accord with the model of economic development during the history of the humanity and the its implications in the configuration of the formative models. At a first moment, it makes some lucubrations concerning the form that the work comes assuming in the capitalist context and its implications in the definition of the function of the school and, in consequence, practical the pedagogical ones restored. On the another moment, considering the actual evolutive stage of the work in the capitalist societies where it attends the (des) building of some epistemology buildings, it weaves some considerations regarding to the meaning that the work has printed in life of people. It questions, still, as the school can (re) mean the concept of professional formation.

Key-words: professional knowledge, work, qualification

Sobre a autora

Elisa Antônia Ribeiro

Natural de Araxá - MG.

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Araxá - MG.

Especialista em Gestão de Instituições Educacionais.

Mestre em Educação Tecnológica (CEFET/MG).

Doutoranda em Educação - UFU.

Professora, Coordenadora dos Cursos de Pedagogia e Normal Superior
e Presidente da Comissão Própria de Avaliação
no Centro Universitário do Planalto de Araxá - UNIARAXÁ

Publicações:

Autora de diversos artigos na área da avaliação educacional
e organizadora do livro *Múltiplos olhares em avaliação educacional*.

A evolução do conceito de trabalho e sua relação com a formação profissional

RIBEIRO, Elisa Antônia.

I – Introdução

Na nova ordem mundial, a formação profissional, considerada fator estratégico de competitividade e de desenvolvimento, é tema que vem suscitando o interesse de diferentes setores da sociedade: governo, trabalhadores, empresários. Um grande volume de estudos e pesquisas acadêmicas surge com a finalidade de compreensão e explicação de como acontece a formação profissional, quais as exigências qualificacionais para a formação, de quem é a responsabilidade dessa formação e para quem ou para quê o profissional é formado, em um contexto de grande mudanças no que se diz respeito aos contornos econômicos, sociais, políticas e culturais.

Não se fala mais em uma formação profissional perene ou única, pois hoje o cenário da atuação profissional transige, pelo menos nas atividades que demandam alta exigência de qualificação, para uma formação multidisciplinar e contínua.

O objetivo do presente texto é apresentar de que forma o conceito de trabalho evoluiu, em consonância com o modelo de desenvolvimento econômico, no decorrer da história da humanidade e suas implicações na configuração dos

modelos formativos. Alguns autores como: Castro (1997), Cunha (1997), Kirschner (1993), Kuenzer (1997) e Moraes (1998), afirmam que há um vínculo entre as concepções, as formas de organização e o desenvolvimento do mundo do trabalho e a prescrição de um sistema de ensino ao longo da sociedade capitalista.

O tratamento do tema trabalho e formação profissional, hodiernamente, requer uma atenção especial, porquanto não se pode deixar de abordar a questão implícita na relação com a reforma educacional. O núcleo temático das reformas educacionais ensejadas pelas autoridades para os países na América Latina, em particular, o Brasil, é a postulação da organização da escola enquanto espaço de produção de conhecimentos que visem ao ajustamento e à conformação dos indivíduos para as atividades laborais apontadas pelo mercado.

É nesse sentido que o texto, em primeiro momento, faz algumas elucubrações acerca da forma que o trabalho vem assumindo no contexto capitalista e suas implicações na definição da função da escola e em consequência das práticas pedagógicas instauradas. E em outro momento, considerando o estágio evolutivo do trabalho nas sociedades capitalistas em que se assiste a desconstrução de vários edifícios epistemológicos, repensa uma possível contribuição, a de somar as várias reflexões e análises produzidas na última década do séc. XX sobre o conceito de trabalho. Questiona, ainda, o que o trabalho significa na/para a vida das pessoas. Para que lado tem pendido o trabalho no dia-a-dia das empresas neste começo de século? E que significado ele tem imprimido na vida das pessoas. Como a escola pode (re)significar o conceito de formação profissional.

Uma outra posição está a exigir dos espaços instituídos de formação e da própria sociedade. A escola é e deverá ser a principal agência formadora de profissionais. Para tanto, só atingirá as suas reais finalidades se for revista e alterada a organização do trabalho pedagógico. Essa alteração passa essencialmente, pelo encaramento da maneira que o sistema capitalista, por meio dos seus mecanismos, na maioria velados, determina o modo de produção, as relações de trabalho e a imposição dos modelos educacionais. Com certeza, os muitos questionamentos

provocados à escola extrapolam a sua força e a do próprio mundo do trabalho e põem em xeque o próprio modo de vida da sociedade ocidental.

II – O trabalho e suas concepções

Percebe-se que o conceito de trabalho vem adquirindo novas feições como resultado de processos contraditórios inerentes à condição humana, trazendo, no seu bojo, uma enorme carga evolutiva que possibilita novas interpretações e a formulação de hipóteses sem fechar a questão.

Quando se quer contextualizar a origem do trabalho, uns evocam o castigo imputado pelo *tripalium*, outros o tratam como uma atividade organizada para promover o bem comum. No contexto deste artigo, será mais enfocada a primeira posição, por se tratar de uma tendência mais recorrente e que leva a encaminhamentos emblemáticos para o setor educacional.

A concepção de trabalho sempre esteve associada a uma visão negativa de obrigação e constrangimento. A palavra trabalho vem do vocábulo latino *tripaliare*, do substantivo *tripalium*, aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados, ou que também servia para manter presos os animais difíceis de ferrar. Daí, a associação do trabalho com sofrimento, desgaste, pena, labuta.

Nos tempos primitivos, o homem vivia da coleta dos frutos da terra, da caça e da pesca. Depois, o homem começou a descobrir a agricultura e a criação de animais, tudo de forma muito rudimentar, não existindo excedente dos produtos. Desta forma, não havia grandes desigualdades entre os homens ou hierarquias sociais. Tudo era, de certa forma, comum.

Com a escravidão, alguns homens foram reduzidos a mera coisa, instrumento, propriedade de seu senhor. O dono da força do trabalho, dos meios de produção e do produto do trabalho, era o senhor. Com isso, passou-se a constituir o trabalho uma tarefa exclusiva dos escravos, pois exigia força física, e aos homens

livres não caberia o exercício físico.

O advento da sociedade capitalista impôs a superação das relações vassalas, que vigoraram até a superação do modelo agrário para o modo de produção baseado no contrato de pessoas livres. Com isso garante-se ao homem o direito de dispor da sua força de trabalho.

No sentido de projetar o texto para a compreensão das transformações ocorridas na relação homem/resultados do seu trabalho, em seguida, apresenta-se uma síntese dos processos produtivos: artesanal, manufaturado e maquinofatura. Uma abordagem mais detida será feita sobre o último processo, pois este se acha intrínseco ao modo de regulação capitalista. Fecha-se esta seção discutindo como a sociedade caminhou para uma “Terceira Revolução Industrial”.

O processo de produção artesanal é caracterizado por uma relação de domínio do trabalhador para com o objeto e os meios de trabalho. Nessa relação de produção, o artesão concebe em sua mente, o resultado do seu produto. Ele é ainda o gestor do seu ritmo de trabalho. O artesão vê no trabalho a sua própria extensão: há uma relação intrínseca entre o produtor e o produto, ou seja, o artesão idealiza e executa todas as fases do processo de trabalho até a obtenção do produto final. Trata-se de atividades polivalentes que requeriam uma capacidade criadora e estimulavam as suas potencialidades intelectuais.

No processo de trabalho manufaturado, o trabalho, que antes era integral, é dividido em parcelas, entregues cada uma para um trabalhador especializado. Assim, o operário perde o domínio sobre as demais etapas do processo das quais não faz parte e o domínio sobre os meios indiretos, enquanto as condições de executar a tarefa passam a ser organizadas por terceiros. Perde, ainda, o operário o contato com o produto final e o valor de uso que se destina ao mercado.

Na etapa da maquinofatura, ocorre a intensificação e difusão das máquinas no desenvolvimento do trabalho. São incorporadas às máquinas uma base técnica bem sofisticada para a época. O desenvolvimento da produção mecanizada vem reforçar a capacidade de controle do capital sobre o processo de trabalho. Com isto,

torna-se evidente que, cada vez mais, o capital precisa menos da habilidade e criatividade do trabalhador e o trabalhador, cada vez mais, precisa do capital para sobreviver.

No decorrer da 2ª Revolução Industrial, na Inglaterra (séculos XVII e XIX), a simplificação do trabalho possibilitou o emprego, em maior escala, inclusive para mulheres e crianças. Com isso, intensifica a marca da exploração do capital e abre, também, a possibilidade de obtenção de lucros substanciais na utilização do capital variável, pois estas forças de trabalho eram, em geral, remuneradas a uma taxa inferior àquela paga ao trabalhador masculino adulto.

Isso só vem mostrar que, seja qual for a forma de produção capitalista, o seu objetivo é expropriar o trabalhador. Estamos, pois, diante de situações em que o homem perde a posse daquilo que produz. O produto do trabalho é separado, alienado de quem o produziu. A produção mecanizada faz com que a máquina aliene o trabalhador neste processo.

O trabalho é condição de liberdade, mas não em situações de exploração em que a grande maioria é obrigada a trabalhar em condições inadequadas à sua condição humana. Sendo a nossa sociedade estruturada em classes sociais, reproduz-se nas relações de trabalho o domínio do saber/idealização da obra por parte de alguns, sobre uma grande maioria a quem cabe a execução. Quando ao homem cabe apenas a execução daquilo que foi planejado, dá-se o processo a que denominamos de alienação.

Alienar vem do latim *alienare* (afastar, distanciar, separar). *Alienus* significa que pertence a outro, alheio, estranho. Alienar, portanto, é tornar alheio, é transferir para outrem o que é seu. Com a perda da posse do produto, o próprio homem não mais se pertence: não escolhe o horário, o ritmo do trabalho, não escolhe o salário, não projeta o que vai ser feito, pois passa a ser comandado de fora, por forças estranhas a ele. Com a alienação do produto, o homem também se torna alienado, deixando de ser o centro ou a referência de si mesmo. (ARANHA, 1986, p. 45).

Essa situação persiste no atual sistema de produção fabril e nos demais

ramos das atividades econômicas, onde se observa de uma maneira acentuada, o que chamamos dicotomia da concepção \times execução do trabalho, que consiste na separação entre um grupo de pessoas que concebe, cria, inventa o que vai ser produzido, e outro grupo que é obrigado à simples execução do trabalho.

A partir do exposto acima, fica claro que, sob a perspectiva do capital, qualquer que seja a forma de produção, o seu objetivo único é acumulação, ou seja, maximizar os lucros e minimizar os custos.

No entanto, o capital, somente com seus meios de produção, não consegue fazer com que o operário garanta-lhe os lucros máximos, pois este resiste. E para conseguir “adestrar” o trabalhador, o capitalismo instaura uma ardilosa organização de trabalho.

Como se não bastassem as péssimas condições de trabalho no interior das fábricas, a seqüência de opressão, alienação e expropriação do trabalhador acentua-se e ganha novas formas mais sutis com o surgimento de dois modelos organizacionais, operacionais e psicológicos: o taylorismo e o fordismo.

O suporte teórico que orienta os modelos, taylorismo e fordismo, que prevaleceu como força determinante no modo de organização das empresas praticamente até o início da década de 70, baseia-se no uso do monopólio pelos detentores do poder sobre o conhecimento, para controlar os passos do processo de trabalho e o seu modo de execução.

A teoria da administração científica foi idealizada e implementada por Frederico Taylor (1856-1915). Ele foi o responsável pela sistematização e desenvolvimento dos princípios de racionalização produtiva dos trabalhos. A teoria ficou conhecida e divulgada em todos os países capitalistas como taylorismo, cujos princípios básicos são: 1) separação programada entre concepção e execução das tarefas, eliminando das oficinas as iniciativas e o trabalho mental que passam a ser concentrados na administração superior; 2) intensificação da divisão do trabalho, e 3) controle de tempos e movimentos, objetivando eliminar da jornada de trabalho “tempos mortos”, ou seja, tempos não dedicados às tarefas produtivas.

Outra característica fundamental do taylorismo é o domínio do trabalhador através do controle das decisões que são tomadas no curso do trabalho. O operário é submetido a um trabalho rotineiro, irreflexivo, repetitivo, encontrando-se reduzido a gestos estereotipados. Se não compreendemos e percebemos o sentido da nossa ação, o produto deste trabalho não nos pertence. O taylorismo representou uma vasta operação de expropriação do saber-fazer do trabalhador direto. “O saber expropriado foi concentrado e colocado sob o controle do capital, dando à direção capitalista do processo de trabalho os meios para que ela se apropriasse de todos os conhecimentos práticos, até então monopolizados pelos operários” (LINHART, 1987, p. 10 *apud* ANDRÉ, 1997, p.105).

Com Taylor, o trabalhador tem que cumprir sua tarefa, conforme os tempos e movimentos definidos pela gerência. Enquanto isso, Ford complementa a teoria de Taylor ao introduzir a linha de montagem e a produção em série, na qual o tempo no processo de produção passa a ser imposto. Dito de outra forma, o fordismo é uma estratégia mais abrangente de organização da produção envolvendo uma extensa mecanização, com a utilização de máquinas-ferramentas especializadas, linha de montagem e esteira rolante. A esteira rolante evita os deslocamentos e mantém o fluxo contínuo e progressivo da produção, ampliando, assim, os mecanismos de controle do trabalhador para aumentar a produtividade.

Deuiz (1995, p. 92) acrescenta mais algumas características relevantes a esse padrão de crescimento econômico:

assenta-se na produção e no consumo de massa, nas economias de escala, e em constantes incrementos de produtividade, e associa-se a um determinado marco institucional – o Estado de Bem-Estar Social – que implementa amplos sistemas de seguridade social e pretende atender a abrangentes demandas sociais.

O taylorismo e o fordismo foram as primeiras formas autoritárias de organização desse modo de produção. As duas levaram

... ao máximo a parcelização e a especialização como formas de intensificação do trabalho na produção seriada. A gerência se reservava o monopólio do conhecimento e toda a organização pressupunha um adestramento prático do trabalhador nas tarefas mecânicas padronizadas, de tal maneira que habilidade tornou-se sinônimo de repetição rápida e com margem mínima de erros de um pequeno número de gestos predeterminados e fixos”. (MACHADO, 1994, p. 170)

O paradigma taylorismo/fordismo foi rejeitado por parte dos trabalhadores devido à sua degradação, brutalidade, rigidez e caráter autoritário por ele imposto, o que refletia em diferentes formas de sabotagens, causando a queda da produção.

III – O trabalho e a 3ª Revolução Industrial: pressupostos e o taylorismo

A partir da década de 20, a resposta encontrada pelo capital frente à intensificação dos conflitos no espaço das relações de produção, é a criação dentro da indústria do departamento de recursos humanos. Este passa a desenvolver uma política de recursos humanos utilizando os conhecimentos oriundos da psicologia e da sociologia, cujo objetivo é promover atividades que passam para o trabalhador a idéia de que ele é também parte da empresa, por isso mesmo tem que se dedicar às tarefas, ter bom relacionamento. Outra forma de promover o ajuste do operário é oferecer-lhe incentivos (assistência médico-odontológica, cesta básica, clubes criados pelas empresas para o lazer do trabalhador e outros). Inicia-se, na empresa, um processo, que se amplia e se intensifica até hoje, de controle, via cooptação.

Ainda assim, ao longo dos anos 60 e 70, a insatisfação no trabalho taylorizado se agrava. A forma de resistência a esse modelo, desenvolvida pelos trabalhadores, se expressa através do absenteísmo, das significativas quedas de produtividade, da quebra dos ritmos, do aumento de peças defeituosas e do crescimento do desperdício.

cio das matérias-primas.

O capital se vê ameaçado diante do comportamento dos trabalhadores no seu objetivo basilar que é a acumulação. Soma-se a questão da competição entre as empresas e dos padrões mutáveis de consumo. Então, começam-se buscar outras formas de gestão e organização do processo de trabalho, pois o paradigma taylorista/fordista não atende mais ao objetivo do capital.

Portanto, nos modelos, cuja produção realizava-se acumulativamente por estoque, em grandes séries, com padronização e uniformidade do produto, a inovação acontecia em grandes intervalos de tempo, sem atingir contínuas reengenharias, as mudanças eram realizadas em suaves saltos, nem tão longos nem muito significativos e a tecnologia que era gerada pela experimentação e, muitas vezes, acontecia por justaposição, é substituída pelo paradigma de base tecnológica dinâmica e modelos organizacionais flexíveis e menos estandardizados.

‘Concorre para o fortalecimento deste novo modelo a introdução das novas tecnologias informacionais, especialmente os equipamentos de base microeletrônica, de novos materiais como a cerâmica e os sintéticos, de fontes de energia alternativa, e o desenvolvimento da biogenética e de formas de organização inovadoras, baseadas em sistema flexível e integrado. Eles causaram um impacto muito grande no mundo do trabalho, o que os pesquisadores vêm denominando de uma “Terceira Revolução Industrial”.

A flexibilidade e a integração como modalidades de organização do trabalho foi a nova forma de operar do capitalismo em resposta à crise do modelo fordista de acumulação rígida e do Estado do Bem-Estar ocorrida, mormente, na primeira metade da década de 70.

Harvey (1992) chamou esse processo de reestruturação do capitalismo e da produção, na busca de um novo padrão de desenvolvimento de um novo regime de acumulação, a “*acumulação flexível*”, que se confronta com o modelo fordista e “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (1992, p.140).

No paradigma fordista/taylorista, os equipamentos são ajustados em base mecânica, pois o resultado da produção se identifica com as características de grande quantidade/séries/padronização. A mudança para a base técnica da microeletrônica e da informatização computacional generalizada, que permitem a flexibilidade dos equipamentos, vem ajustar-se às exigências dos novos padrões do mercado mundial (produtividade, qualidade, competitividade, privilégio à demanda do mercado e do cliente). O que também possibilita à empresa eliminação dos tempos mortos, alcançando uma maior produtividade e aumentando o controle sobre o trabalhador, pois a fábrica passa a trabalhar em rede.

IV – Mudanças no conteúdo das qualificações profissionais e a formação profissional

O estabelecimento do modo de produção e as relações de trabalho durante o desenvolvimento da sociedade determinam o conteúdo das qualificações profissionais e via de regra, até hoje, tem prevalecido, com rara exceção, a determinação curricular.

O tema qualificação profissional é discorrido por vários autores que assumem distintas posições, justamente pela ausência de um consenso em relação aos critérios a serem observados em sua definição.

De um lado, temos os adeptos da concepção de Friedmann, para quem a qualificação é o saber e o saber-fazer adquiridos no trabalho e na aprendizagem sistemática, definida pelo posto de trabalho. Portanto, uma noção substantiva, ou seja, a tecnologia e o modo de organização determinam a qualificação. Do outro lado, temos a concepção de P. Naville, em que a qualificação é relativa, pois suas formas dependem do estado de forças produtivas e das estruturas sócio-econômicas

nas quais os trabalhadores se inserem. A definição da qualificação está estritamente ligada aos critérios sociais, onde as relações de força e os conflitos sobrepujam aos individuais. (TOMASI, 2000).

Mudanças no conteúdo das qualificações profissionais vêm ocorrendo devido ao impacto da implantação do sistema de acumulação flexível, e interferindo no curso das definições da formação profissional. A discussão no entorno do impacto do uso intensivo das tecnologias nos últimos 40 anos, gerou o desenvolvimento de teses que propõem explicar como as inovações tecnológicas afetam os tipos de empregos.

Assim, partindo de pesquisas realizadas por Deluiz¹ (2000), a respeito das teses de qualificação, apresentamos a seguinte síntese:

- a) as teses otimista, como as do “determinismo tecnológico” ou “sociedade pós-industrial”, consideram que o desenvolvimento crescente e sofisticado do conteúdo técnico das máquinas levaria inevitavelmente o homem a ter mais conhecimentos para lidar com essas máquinas e libertá-lo do trabalho monótono e repetitivo, que ficaria destinado às máquinas.
- b) as teses pessimistas, representadas pelos teóricos do processo de trabalho, apontaram que o avanço da tecnologia gera a progressiva e inexorável degradação do trabalho, pois a criação dessas máquinas sob o mando do capital é a substituição do trabalhador qualificado. Se a força de trabalho requerida é menos qualificada, conseqüentemente, o capital assegura uma acumulação maior.

De acordo com a autora citada, hoje, essas teses sofreram duras críticas e, diante do novo regime de acumulação flexível, o embate torna novos rumos e se polariza.

É no contexto dos novos desenhos organizacionais que se discute a tese da qualificação/desqualificação como forma do capital se reestruturar em resposta à crise do modelo fordista.

Em conclusão, Deluiz (2000, p. 196)) aponta que qualificação e degradação do trabalho, frente à introdução de inovações tecnológicas, não seriam processos excludentes, mas “dialeticamente, como espaços possíveis de luta por maior qualificação profissional, participação nas decisões para humanização do mundo do trabalho, formação política, construção da unidade de interesse e discussão de novas estratégias de atuação solidária.”.

V – O papel da Educação: escola para quê? Para quem?

Como consequência da força das inovações técnicas e organizacionais da produção, qual a proposta de educação e formação profissional mais pertinente e ou mais aproximada desta nova realidade social, política e econômica?

O processo de ensino-aprendizagem, especialmente o de formação profissional, tem passado por uma série de alterações, ajustes, reajustes e desajustes. Emergem iniciativas do Estado brasileiro que explicitam o objetivo de sincronizar o processo com as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Nessa angulação, tem sido importante a influência do setor produtivo para consolidar e acelerar os movimentos, diante das transformações técnicas e organizacionais impostas pelos processos de globalização e reestruturação produtiva. Entretanto, isso se concretiza num quadro de realizações particulares fundado no atendimento à lógica mercantil e não como uma articulação social e estratégica na expectativa de direitos individuais e coletivos de acesso à cultura, à ciência e à tecnologia.

O mercado atual aponta a necessidade de se formar um trabalhador não mais especializado, mas multifuncional, capaz de realizar várias tarefas, fazendo com que a educação no interior das escolas enfatize, além da formação profissional, a formação geral.

Com vistas ao oferecimento de uma educação que habilite o profissional,

as escolas têm procurado ajustar os seus currículos rumo à articulação entre essas duas modalidades de educação - a geral e a profissional. Porém, o que hoje se tem assistido em muitas escolas, tanto de nível técnico quanto de nível superior, é o não cumprimento do compromisso da formação para o outra concepção de trabalho que está se delineando de maneira veloz - a idéia de trabalho inspirada no termo usado pelos gregos para designar as realizações feitas pelo homem.

Para construirmos uma outra lógica de relação de trabalho, é preciso substituir a idéia de trabalho em latim *labor*, ou do latim vulgar, *tripalium*, forma de castigo, pela idéia a que os gregos chamavam de *poiesis*, que é a obra, aquilo que faço, aquilo que construo, aquilo em que me vejo”. (CORTELLA, 2006).

A falta de sintonia apresentada entre o sistema educacional e o setor produtivo sugere que não há como a escola acompanhar as mudanças ocorridas nas empresas, se estas sequer apresentam explicitamente suas demandas. De todo modo, não acreditamos que a escola deva ficar sempre a reboque do setor produtivo, já que a educação de um cidadão vai além de uma preparação para o mercado de trabalho. A educação, a nosso ver, deve capacitar cidadãos para se inserirem, no mercado de trabalho e na sociedade, de forma competente, crítica e participativa.

Para melhor explicar o real papel da educação de acordo com a sinalização do texto, melhor é usar as próprias palavras de Deluiz (2000, p. 89):

Na nossa concepção, uma perspectiva de formação para o trabalho que pretenda ultrapassar a visão pragmatista de adequação da força de trabalho às necessidades da modernização econômica deve apontar, simultaneamente, para as dimensões profissional e política.

A primeira dimensão – profissional - constitutiva do conceito da autora visa a capacitar o profissional para o exercício competente de suas funções diante das inovações tecnológicas, aí, se incluem competências organizacionais, comunicativas e sociais; e a segunda – política – visa à formar o sujeito cidadão, ou seja, permitir a esse profissional o desenvolvimento de habilidades superiores (análise,

reflexão, síntese, julgamento) para poder tornar-se um trabalhador-sujeito-crítico. Portanto, com condições de atuar na realidade histórico-social, interferindo como sujeito e ator social com interesses próprios.

A possibilidade do desenvolvimento dessas dimensões coaduna um tipo de formação profissional de base ampla, que significa ir além de uma formação meramente técnica, um simples adestramento ou treinamento ocupacional, para se efetivar o domínio da técnica em nível intelectual, devendo integrar-se à formação geral como parte do processo global da educação formal. Isso, que significa a superação da divisão entre o mundo do trabalho e o mundo cultural, a associação das duas esferas proporcionará ao trabalhador ser novamente o artesão – uma vez, garantida a posse do seu saber sobre o processo de produção. O trabalho como fruto de uma produção cultural.

VI – Considerações Finais

Através da análise da evolução das relações de trabalho no decorrer da história da humanidade, vimos que a organização do trabalho não perdeu suas características “escravagistas” e alienantes, as quais submetem o homem ao sacrifício, ao estresse, a toda forma de sofrimento. Não obstante, vimos também uma luz que ilumina, não para o fim do trabalho e/ou total degradação, mas para a sua transformação, em resposta às exigências do capital que requer trabalhadores mais qualificados, que atuem de maneira mais autônoma, integrada e criativa, abre-se um possível espaço de luta por uma formação profissional mais ampla que cinge as dimensões formativas profissionais e políticas.

É importante que a prática educativa seja a formação global, entendida como a formação de cidadãos atualizados, aptos a participar efetivamente da vida política da sociedade, e da construção dos bens produzidos, historicamente, pelos homens e com direito de usufruir desses bens.

Assim, alinhava-se o paradoxo. Quando as exigências do mundo globalizado requerem o uso intensivo do conhecimento e da educação, reafirmando as relações entre educação e trabalho, enfraquece-se o vínculo formal com o emprego. O discurso que ainda permanece é de que a instituição escolar é a “salvadora” para esse tipo de situação, pois será capaz de desenvolver as novas capacidades que o setor produtivo vem demandando do trabalhador, além de educá-lo para o exercício da cidadania. Entretanto, essa educação é para poucos; cada vez para menos. É importante que tais paradoxos e contradições sejam amplamente debatidos e equacionados, já que fica claro a quem servem as novas políticas de educação social. Com certeza, não é aos excluídos.

Nota

¹ DELUIZ, Neise. **Formação do trabalhador: produtividade e cidadania**. 1995, cap.2, p: 29-73

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

ANDRÉ, Gorz. **Crítica da Divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ANDRÉ, L. Novas tecnologias provocam incertezas no mundo do trabalho. In: **Revista Extra-Classe**, publicação do Departamento de Comunicação do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO-MG), nº 04, Ano IV, Ago./Dez.97, p.104–111.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1986.

CASTRO, Cláudio de Moura. **O secundário: esquecido em um desvão do ensino? Textos para**

discussão MEC/INEP (Brasília), V. 1, n° 2, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino médio e ensino profissional: da fusão à exclusão**. 20ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. **Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

CODO, Wanderley. et al. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. 280p.

DEUIZ, Neise. **Formação do trabalhador: produtividade & cidadania**. Rio de Janeiro, SHAPE, 1995.

ENQUITA, M. **Trabalho, Escola e Ideologia. Marx e a Crítica da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FERRETTI, Celso João. et al. (orgs.) **Tecnologias, trabalho e educação. Um debate multidisciplinar**. Petrópolis, Vozes, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, (org.) **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

KIRSCHNER, Tereza Cristina (coord.). **Modernização tecnológica e formação técnico profissional no Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. In: **Educação & Sociedade**. n° 70. p. 15-39. Campinas: Cedes, 2000.

LAUDARES, J.B. A qualificação/requalificação do engenheiro na fábrica globalizada: a necessidade de novos processos de trabalho. In: BRUNO, Lucia (org) **Trabalho e formação do engenheiro**. Belo Horizonte: FUMARC, 2000: 155 – 186.

MACHADO, L. **Politécnica, escola unitária e trabalho**. São Paulo, Cortez, 1989.

_____. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, C.J. **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Carmem Sylvia. A reforma do ensino médio e a educação profissional. In: **Trabalho & Educação**. Revista do NETE – jan/jul – 1998, nº 3.

TOMASI, Antonio de P. N. Qualificação e Trabalho. In: **Seminários/DPPG/CEFET/MG – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Ago./Set/, 2000.

UNESCO (org.). **Educação – um tesouro a descobrir**. Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Ed. Asa, 1996.

